

A Expansão Cafeeira e a Modernização da Economia Brasileira.

Maria da Guia Santos Gareis *

I — A expansão cafeeira e a industrialização

No Brasil, a agricultura para exportação foi responsável pelo excedente econômico e conseqüentemente pelo desenvolvimento urbano e industrial após a segunda metade do século XIX. No período de 1820 a 1940, oito produtos agrícolas foram responsáveis pela quase totalidade do valor das exportações, embora após 1840 o café tenha se tornado o principal produto do Brasil no mercado mundial.

A partir de 1850, notamos um grande desenvolvimento do setor de exportação, o qual consegue dobrar seu volume de exportação *per capita* em cerca de 50 anos. É também a partir dessa data que surgem grandes transformações na situação agrícola do país. Essas mudanças estiveram associadas ao declínio agrícola do Norte/Nordeste e à ascensão da atividade agrícola do Sudeste, através, sobretudo, da cafeeicultura.

A agricultura do café no Brasil existe desde as primeiras décadas do século XVIII, mas somente após 1810 a produção de café

*) Professora do Departamento de História e Geografia, da Universidade Federal da Paraíba, Campus II - Campina Grande, Doutora pela Universidade de Nüremberg.

começa a ter grande expansão, especialmente após 1870, com o surto cafeeiro no planalto piratiningano/São Paulo.

TABELA 1.

Comércio exterior do Brasil — principais produtos. (% sobre o total da exportação)

Decênios	café	açúcar	cacau	erva -mate	fumo	algodão	bor- racha	couros peles
1821-30	18,4	30,1	0,5	-	2,5	20,6	0,1	13,6
1831-40	43,8	24,0	0,6	0,5	1,9	10,8	0,3	7,9
1841-50	41,4	26,7	1,0	0,9	1,8	7,5	0,4	8,5
1851-60	48,8	21,2	1,0	1,6	2,6	6,2	2,3	7,2
1861-70	45,5	12,3	0,9	1,2	3,0	18,3	3,1	6,0
1871-80	56,6	11,8	1,2	1,5	3,4	9,5	5,5	5,6
1881-90	61,5	9,9	1,6	1,2	2,7	4,2	8,0	3,2
1891-00	64,5	6,0	1,5	1,3	2,2	2,7	15,0	2,4
1901-10	51,3	1,2	2,8	2,9	2,4	2,1	28,2	4,3
1911-20	53,0	3,0	3,6	3,0	2,6	2,0	12,1	6,2
1921-30	69,6	1,4	3,2	2,7	2,1	2,4	2,6	4,6
1931-40	52,4	0,4	4,1	1,7	1,6	13,9	1,0	4,4

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1939, IBGE, Rio de Janeiro, p. 1380.

Após 1840, a produção brasileira de café passa a ter uma crescente participação no consumo mundial de café. Vários fatores contribuíram para o desenvolvimento do café no Brasil, entre eles, podemos destacar:

- a) o aumento da demanda mundial para o produto;
- b) o colapso da economia de mineração em Minas, que liberou a mão-de-obra para a pecuária e para a agricultura;
- c) a adaptação que a cultura do café teve na região Sudeste, especialmente em São Paulo, a partir da segunda metade do século XIX;

- d) o estímulo que a família real portuguesa no Brasil dá ao plantio e consumo de café. O grande aumento da produção de café também surgiu vinculado à especialização das unidades produtoras, isto é, das fazendas.¹

TABELA 2.

Contribuição do Brasil na produção de café.

Período	% da produção mundial
1820-29	18,8
1830-39	29,7
1840-49	40,0
1850-59	52,1
1860-69	49,7
1870-79	49,1
1880-89	56,6
1890-94	59,7
1895-99	66,7
1900-04	75,6

Fonte: Hans Scherer. "Die Kaffeewertung und Wertungsversuche in anderen Welthandelsartikeln", in: **Weltwirtschaftliches Archiv**, vol. 14, Jena 1919, p. 336.

Na segunda metade do século XIX, sobretudo a partir das décadas de 1860 e 1870, a produção cafeeira passou por grandes mudanças. O processo dessas transformações é a história da formação de novas relações de produção não só na economia cafeeira mas no conjunto da sociedade brasileira. O desenvolvimento da economia cafeeira permitiu que houvesse um início de

¹) TAUNAY, Afonso d'Escragnole. **História do Café no Brasil**, v. 10, Rio de Janeiro 1939-43; BEIGUELMAN, Paula **A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro**, 2ª ed., São Paulo, Pioneira, 1966.

industrialização auto-sustentável a partir dos anos 1870 e 1880, no Brasil.

A história econômica brasileira, no período de 1840 a 1914, caracteriza-se pelo desenvolvimento e crise da economia cafeeira; mas essa é também a fase da transformação do trabalho escravo em trabalho assalariado, da expansão do mercado, do crescimento das estradas de ferro e do surgimento das primeiras indústrias.

A passagem para a industrialização é o resultado de um sistema complexo de contradições sociais, existindo um conjunto de lutas econômicas, sociais, políticas e ideológicas.

Assim, para entendermos a globalidade do enredo que envolve o processo de industrialização do Brasil, é necessário considerarmos a industrialização tanto como um processo das forças produtivas, como um processo de produção determinado. Isto significa considerarmos que o desenvolvimento das forças produtivas toma as formas adaptadas à reprodução das relações de produção dominantes.

O desenvolvimento das forças produtivas sob a dominação do capital não é somente desenvolvimento das forças produtivas, é também o desenvolvimento das relações sociais capitalistas. Por conseguinte, todo desenvolvimento de relações de produção implica um tipo específico de desenvolvimento das antigas relações de produção.

Sob esse aspecto, a industrialização representa essa transformação do processo de trabalho pelas relações de produção capitalistas.² A industrialização cria, portanto, uma ligação entre desenvolvimento técnico e desenvolvimento social. Assim sendo, a industrialização indica a transformação das forças produtivas pelas relações capitalistas, não sendo por conseguinte um processo de desenvolvimento socialmente neutro das forças produtivas.

A industrialização é o estágio final de uma fase mais longa do modo de produção capitalista, ou seja, o período de transição. Inicialmente, o capital subordina o trabalho nas condições técnicas alcançadas pelo processo histórico anterior. Essas condições técnicas implicam a unidade do trabalhador e do meio de trabalho,

²) MARX, K. *Le Capital*, Ed. Sociales, 1957, T. III, p. 20.

ao nível do processo de trabalho, enquanto a dominação do capital implica a dissociação do trabalhador e do meio de trabalho.³

Vale ressaltar que a transição da subordinação formal à subordinação real do trabalho ao capital não segue um desenvolvimento linear. O desenvolvimento do capitalismo é o resultado de um conjunto de contradições. São essas próprias contradições que vão explicar o processo de criação das condições para a industrialização.

A fase de transição do capitalismo no Brasil dá-se quando o capitalismo já é dominante em escala internacional. A dominação nas relações capitalistas em nível mundial significa também a subordinação do capital, em escala nacional, à reprodução internacional do capital. Nos países em que o capitalismo é ainda fracamente desenvolvido, o desenvolvimento do capitalismo apresenta contradições particulares decorrentes da posição subordinada que eles ocupam no conjunto da economia mundial. Todos os obstáculos que os países em vias de desenvolvimento do capitalismo sofrem, significam uma realidade em face às desigualdades do desenvolvimento das forças produtivas nas diferentes formações sociais.⁴

A economia brasileira, dos meados do século XIX à grande depressão de 1929/30, deve ser analisada levando-se em consideração as características específicas do desenvolvimento capitalista no Brasil, uma vez que o país ocupa uma posição subordinada na economia internacional.

Assim, a partir de 1850, o capital não se limita mais, a nível mundial, à troca de produtos, ele se apropria da própria produção a nível mundial, permitindo assim que o comércio internacional tome um grande crescimento.

Os empréstimos externos efetuados pelo Brasil, embora definam o pagamento do valor do empréstimo, mais o pagamento de juros e comissões, isto é, pagamento em quantia bem maior do que

3) Ibid., T. II, p. 104.

4) SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*, São Paulo, Alfa-Omega, 1976, p. 24.

recebeu inicialmente, eles desempenham um papel fundamental nas transformações capitalistas da economia cafeeira.

TABELA 3.

Serviços da dívida externa e novos empréstimos: 1850-1900. (em milhões de mil-réis ou contos)

Anos	serviço das dívidas	novos empréstimos
1850-1860	5,3	4,1
1861-1870	12,0	10,1
1871-1880	16,7	9,3
1881-1890	30,5	38,1
1891-1900	57,3	63,3

Fonte: Nelson Werneck Sodré. **Formação Histórica do Brasil**, São Paulo, Brasiliense, 1963, p. 262.

Esses empréstimos serviram, direta ou indiretamente, para o financiamento da imigração massiva de trabalhadores estrangeiros, e, conseqüentemente, para a organização de um mercado de trabalho assalariado no Brasil, assim como para a implantação de vários outros serviços públicos e industriais, como: a eletricidade, o gás, os transportes urbanos, etc. e para a consolidação do Estado.⁵

Uma das formas principais de aplicação de capitais estrangeiros são os empréstimos feitos e garantidos pelos governos federal, estadual e até municipal. Em 1913, os ingleses investem no estrangeiro 3.700 milhões de libras, sendo 30% em empréstimos a governos, 40% em títulos de estradas de ferro, 5% em títulos de empresas de interesse público e 25% em atividades

⁵) GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o Início da Modernização no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1973, p. 80; DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo*, 2ª ed., São Paulo, DIFEL, 1971, p. 14

bancárias, seguros, industriais e atividades extrativas.⁶ Os investimentos diretos são pequenos, pois os indiretos são mais garantidos.

TABELA 4.

Origem, modalidade e valor dos capitais estrangeiros no Brasil, nos anos de 1914 e 1930. (em milhões de dólares)

Países de origem	Dívida Pública Externa		Invest. Privados Diretos	
	1914	1930	1914	1930
Grã Bretanha	598	860	609	590
França	110	62	391	138
Estados Unidos	5	374	50	194
Outros	4	25	146	450
Total	717	1.267	1.196	1.913

Fonte: Flávio A. M. de Saes e Tamas Szmrecsányi. "O Capital Estrangeiro no Brasil (1880-1930)", in: Revista **Estudos Econômicos**, vol. 15, n. 2, 1985, IPE, São Paulo, p. 206.

Sob esse aspecto, o resultado líquido do fluxo de capitais entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos não é necessariamente desfavorável a esses últimos, embora o pagamento da dívida dos empréstimos represente um maior valor do que o capital adquirido. Apesar do peso da dívida externa, o comércio de exportação e importação, que permitiu o desenvolvimento industrial do Brasil, teria sido mais atingido se não fossem esses empréstimos.⁷

Como mencionamos a importância das entradas de capital estrangeiro, é importante associar a importância das saídas desses capitais sob diversas formas e, especialmente, sob a forma de

⁶) ONODY, Oliver. *A Inflação Brasileira (1820-1958)*, Rio de Janeiro, 1960.

⁷) BOUÇAS, Valentim F. *Finanças do Brasil. Dívida Externa 1824-1945*, Rio de Janeiro, 1955, vol. XIX.

serviços de dívida. Levando em consideração o período em seu conjunto, é necessário destacar o peso do serviço da dívida externa, que estrangulava financeiramente o país, apesar dos saldos significativos da balança comercial brasileira (vide a tabela do Anexo 1).

Durante esse período predominaram no Brasil os investimentos britânicos, representando os mesmos mais da metade do total dos investimentos. Os capitais britânicos predominavam da mesma forma em quase todos os países da América Latina até 1914, embora desde os fins do século XIX a Inglaterra comece a perder sua posição no global dos investimentos estrangeiros no mercado brasileiro. Os capitais ingleses dirigiram-se, sobretudo, aos setores de mineração, das estradas de ferro, seguros, empréstimos públicos e bancos.⁸

Comparando-se o valor das exportações brasileiras no período de 1851-1910, com os investimentos ingleses no Brasil no mesmo período, os investimentos britânicos elevaram-se em 1900 cerca de três vezes o valor das exportações e mais de dois terços do produto interno líquido.⁹

O café, após 1840, tornou-se o motor do desenvolvimento capitalista no Brasil devido ao fluxo de capitais que a economia cafeeira iria gerar no conjunto da economia e, em particular, nas regiões onde o plantio do café solidifica-se.

Uma das características do processo de industrialização do Brasil parece ser o fato de ela surgir como subjacente às atividades exportadoras. É a partir do último decênio do século XIX que a indústria brasileira encontra meios favoráveis a sua expansão. De um modo geral, contribuíram para esse processo a abolição do trabalho escravo, a expansão da economia cafeeira e da borracha, a grande imigração estrangeira, a política governamental em favor da indústria nacional e o fluxo de capitais estrangeiros; contudo, é o capital cafeeiro que mais contribuiu para o surgimento e fortalecimento da indústria no Brasil.

8) CASTRO, Ana Célia. *As Empresas Estrangeiras no Brasil 1860-1913*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

9) BUESCU, Mircea. *História Econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, APEC, 1970, p. 284.

O processo de transformação das plantações de café significa também o processo de formação da burguesia brasileira. A expansão da economia cafeeira é, portanto, o desenvolvimento do capital cafeeiro. Todavia, a economia e o capital cafeeiros ultrapassam as plantações. A transformação das plantações faz parte de um processo mais geral e não pode ser explicado isoladamente. O aspecto capitalista dessas transformações e o desenvolvimento do capitalismo que tem por base a economia cafeeira, não podem ser determinados a partir das plantações.

O café foi a base do crescimento industrial do Brasil, sobretudo de São Paulo, porque o comércio deste produto proporcionou a economia monetária. A medida que os fazendeiros encontraram um mercado que pagava em dinheiro seus produtos, cresceu muito o volume de dinheiro em circulação e do crédito bancário. O trabalho assalariado contribuiu para que o uso do dinheiro fosse divulgado pela massa da população, o que beneficiou o mercado interno. Outros efeitos da circulação do dinheiro deram-se em relação à própria terra, adquirindo ela maior valor comercial.¹⁰ A terra em São Paulo era vendida para obtenção de capital, ou talvez para a aquisição de máquinas agrícolas ou de ações de firmas comerciais.¹¹

O comércio do café leva os lavradores a interessarem-se mais pelos aspectos comerciais e financeiros de seus negócios. Por isto procuravam eles visitar com mais frequência as cidades e outros se dedicavam às atividades mobiliárias, bancárias, proviam a exportação e a construção de estradas de ferro.¹² A medida que a economia cafeeira, e depois a da borracha, se expande, crescem também as casas de exportação, que centralizam toda a produção desses produtos.¹³ A importância dos capitais aplicados na esfera da economia cafeeira está vinculada ao nascimento dos primeiros

10) MONBEIG, Pierre. *Pioners et Planteurs de São Paulo*, Paris, Armand Colin, 1952, p. 112.

11) DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo*, ob. cit., p. 32.

12) CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*, São Paulo, DIFEL, 1977, p. 50; SILVA, Sérgio, ob. cit., p. 56.

13) DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo*, ob. cit., p. 62; MARTINS, José de Souza. *Empresários e Empresa na biografia do Conde Matarazzo*, São Paulo, HUCITEC, 1974.

bancos, uma vez que as operações comerciais exigem o nascimento e a expansão dos bancos.¹⁴

A expansão do setor industrial explica-se em parte, também, pelo desenvolvimento da infra-estrutura de transportes, em especial dos ferroviários, que integram nessa fase os mercados regionais e criam a necessidade de novas indústrias de repostos e de consertos.¹⁵

As linhas de estradas de ferro destinavam-se a levar os produtos de exportação aos portos. Elas também foram utilizadas para intentos da industrialização brasileira, trazendo matérias-primas e combustível dos portos e do interior, possibilitando a distribuição de bens acabados em diversas áreas do país.

A construção de estradas de ferro na região cafeeira proveio quase toda da acumulação de capitais da atividade cafeeira.¹⁶

Dessa maneira, o capital cafeeiro possuía diversos aspectos: ele apresenta características do capital agrário, do capital industrial, do capital bancário e do capital comercial. Esses diferentes aspectos explicam as diferentes funções do capital e, também, com o desenvolvimento do capitalismo, passaram a constituir funções relativamente autônomas, preenchidas pelo capital agrário, o capital industrial, etc.¹⁷

Outro aspecto é a dominação do capital comercial exportador pela posição ocupada, pelo Brasil, no contexto da economia internacional. Devido ao débil desenvolvimento das forças produtivas, o Brasil vê-se designado, na divisão internacional do trabalho, à posição de país exportador de produtos agrícolas. O efeito do desenvolvimento das relações capitalistas mundiais sobre as condições específicas da estrutura econômica brasileira aparece por uma dependência ao mercado internacional. Essa dependência vem reforçar o papel predominante do comércio na economia cafeeira e na totalidade da economia brasileira.

14) DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo*, ob. cit., p. 60.

15) DEAN, Warren. "A Industrialização Durante a República Velha", in: *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, vol 1, 2ª ed., São Paulo, DIFEL, 1977, pp. 249-307.

16) CANO, Wilson, ob. cit., p. 50; DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo*, ob. cit., p. 63.

17) SILVA, Sérgio, ob. cit., p. 60.

II — Economia cafeeira e trabalho assalariado

A extinção definitiva do tráfico de escravos para o Brasil em 1850, embora efetuada sob as pressões políticas e econômicas da Inglaterra, resultou também da situação interna do país, uma vez que o tráfico de escravos podia ser dispensado como fator de crescimento tanto sob o contexto da conjuntura internacional como nacional. A interrupção do tráfico de escravos criou grande demanda de mão-de-obra nas regiões cafeeiras em expansão, a qual foi temporariamente resolvida pela realocação crescente e permanente da força de trabalho escrava do Nordeste para o Sul do Brasil. Impossibilitadas de importar escravos, as lavouras de café que se expandiam, procuram utilizar o braço escravo para as funções essenciais, empregando nas tarefas complementares a força de trabalho nativa. Simultaneamente a esta situação, multiplica-se o interesse para introduzir o maior número de imigrantes, para atender às necessidades da grande lavoura cafeeira. Na década de 1850, a produção da grande lavoura de café continuava apoiada fundamentalmente sobre o trabalho escravo. Em 1855, em 2.618 plantações de café na província de São Paulo, havia 55.834 escravos para 6.216 trabalhadores.¹⁸ A compra de escravos fora das regiões de café não podia manter a mão-de-obra necessária à expansão cafeeira.

Impossibilitados de encontrar a força de trabalho no Brasil, os grandes proprietários de café, especialmente os do oeste paulista, procuraram incentivar a imigração estrangeira. Embora nas regiões de atividades econômicas tradicionais existisse uma massa de trabalhadores disponível, as possibilidades de aproveitar essa força de trabalho era limitada. Nas áreas onde predominava o latifúndio, os grandes proprietários conseguiram manter a maior parte dos homens pobres livres vinculados à terra através das relações de trabalho em sistema de agregados, parceiros, volantes, etc., relações que permitiam exclusivamente a auto-subsistência. Apesar desses camponeses não serem proprietários e viverem pobremente, eles permaneceram ligados ao latifúndio, porque ele assegurava a subsistência. Todavia, à medida que ocorre o desenvolvimento da lavoura comercial, os grandes proprietários de terra começam a retomar as terras que os camponeses exploravam para seu próprio sustento. Essa nova realidade leva os

¹⁸) TAUNAY, Afonso, ob. cit., vol. III, p. 134.

trabalhadores rurais a deixarem os latifúndios. Mas a falta de uma rede de comunicação que interagisse as diferentes regiões do Brasil e a própria dispersão dos latifúndios, assim como os laços de dependência entre os trabalhadores e os grandes proprietários de terra, reforçam os laços entre os camponeses e o latifúndio¹⁹.

Dessa maneira, esses trabalhadores, apesar de não disporem de terras e de contarem exclusivamente com sua força de trabalho para sobreviverem, eles não formaram propriamente um mercado de trabalho para as plantações de café.

Várias considerações são importantes quanto à oferta de mão-de-obra no Sudeste. Em contraste com o Nordeste, existia uma grande e crescente demanda de mão-de-obra nas plantações e na produção de café, devido à acentuada vantagem de que desfrutava o Brasil em relação aos demais produtores mundiais de café. E ainda em contraste com o Nordeste, havia demandas crescentes, fora das plantações, pela mão-de-obra local nessa região, provocadas pela demanda intensificada ligada à expansão da produção de café: ferrovias, rodovias e construções portuárias estavam entre as fontes mais importantes dessas demandas. O crescimento urbano se manifestava de forma mais visível nas áreas do Rio de Janeiro e São Paulo do que no Nordeste, levando com isso a uma outra fonte de demanda de força de trabalho não-escrava nas atividades urbanas. Além do mais, a existência de uma grande área de desbravamento agrícola, especialmente em São Paulo, criou possibilidades de uma agricultura de subsistência mais satisfatória para os trabalhadores livres, em contraste com o Nordeste, onde a terra para a agricultura de subsistência era mais escassa²⁰.

De um modo geral, os fazendeiros tinham uma idéia negativa sobre a força de trabalho não-escrava no Sul, por ser ela menos dócil e mais onerosa do que o escravo. Existia uma grande diferença nas taxas de participação de horas de trabalho entre os não-escravos e escravos (os não-escravos trabalhavam de sete a nove horas por dia, enquanto os escravos trabalhavam de 14 a 18 horas). Essa grande diferença levava os fazendeiros a considerarem

19) FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo, Ed. Nacional, 1970, p. 136.

20) *Ibid*, p. 136; FRANCO, Maria S. de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, São Paulo, Ática, 1974, p. 60.

que a escravidão no Sul fosse mais produtiva do que o trabalho livre.²¹

Diante dessas ponderações, podemos considerar que os fazendeiros paulistas não recrutaram mão-de-obra no Nordeste, preferindo recorrer aos imigrantes estrangeiros, porque o excedente de mão-de-obra existente no Nordeste não atendia às necessidades da grande lavoura cafeeira; os custos de transporte marítimo intercontinental reduziram-se em fins do século XIX, tornando mais fácil a importação de mão-de-obra da Europa do Sul; as pressões emigratórias existentes numa Itália superpovoada e estagnada permitiu a criação de uma reserva de força de trabalho livre de quaisquer complicações políticas internas no Brasil.²² Finalmente, houve também uma tendência implícita entre os grandes proprietários de café sulistas no sentido de favorecer a mão-de-obra camponesa italiana em detrimento do caboclo do Nordeste, baseada na suposição que este último era menos produtivo. Todos esses fatores proveram o uso de fontes externas, e não internas, de oferta de força de trabalho para a expansão do café em São Paulo e retardaram as grandes transformações internas de mão-de-obra para um período posterior.²³

A importação de imigrantes estrangeiros para o Brasil, sobretudo para São Paulo, teve início mesmo antes de ser concretizado o fim do tráfico de escravos. Enquanto a produção de café era garantida, não houve qualquer preocupação quanto à reprodução da força de trabalho escrava, mas, com o fim do tráfico negreiro do Atlântico, começaram a se fazer sentir os problemas do crescimento do estoque de mão-de-obra, conjuntamente à expansão do café para o Oeste Paulista.²⁴ Com o aumento das plantações e, conseqüentemente, a maior demanda, a oneração do produto e a diminuição do lucro, é que a contradição se apresenta, exigindo um meio para superá-la.

As primeiras tentativas de colonização estrangeira no Brasil foram feitas pelo Senador Vergueiro, que, no período de

21) MERRICK, Thomas W. & Graham, Douglas H. **População e Desenvolvimento Econômico no Brasil**, Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p. 116.

22) BEIGUELMAN, Paula., ob. cit., p. 68.

23) Ibidem. Furtado, Celso, ob. cit., p. 139.

24) BEIGUELMAN, Paula., ob. cit., p. 73

1847 a 1857, estabeleceu em suas plantações 177 famílias alemãs, suíças, belgas e portuguesas.²⁵ Não se tratava de migração espontânea, mas sim planejada e financiada pelo próprio plantador. Estas tentativas não deram resultados devido às relações de trabalho que eram impostas aos colonos.²⁶ A partir de 1870, depois de alguns conflitos entre os plantadores de café e as forças mais conservadoras, teve início um movimento de imigração em massa. Os imigrantes, entrados no Brasil após essa data, se dirigiram especialmente para São Paulo, em decorrência da política de subvenção à imigração e da capacidade econômica e financeira existente na região paulista. Mais de 90% dos imigrantes do Estado de São Paulo nos primeiros anos de República, foram subvencionados. Esse número diminuiu nos períodos seguintes, estabilizando-se em cerca de 40% até o fim da imigração subvencionada, na década de 1930. Dado o fato da imigração subvencionada estar associada particularmente com o setor cafeeiro de São Paulo, a taxa de imigração não-subvencionada reflete a demanda crescente de trabalho não-agrícola na economia paulista, depois de 1905.²⁷

No período de 1880 a 1930, entraram mais de 4 milhões de imigrantes no Brasil, com cerca de 60% desse total dirigindo-se para São Paulo.

25) CARNEIRO, José Fernando. *História da Imigração e Colonização do Brasil*, Rio de Janeiro, 1950.

26) COSTA, Emília Viotti. *Da Senzala à Colônia*, São Paulo, DIFEL, 1966, p. 86.

27) MERRICK, Thomas W. & Graham, Douglas H., *ob. cit.*, p. 124.

TABELA 5.

Dados escolhidos sobre a migração total e subvencionada para São Paulo — 1882-1929.

Período	Imigração para o Brasil número	Imigração para São Paulo	
		% do Brasil	% subvencionada
1882-84	87.178	14	-
1885-89	319.541	53	-
1890-94	600.735	70	91
1895-99	597.592	69	93
1900-04	249.042	52	51
1905-09	373.365	54	39
1910-14	667.778	58	41
1915-19	147.675	56	45
1920-24	373.126	53	34
1925-29	473.521	61	39

Fonte: Thomas W. Merick e Douglas H. Graham. **População e Desenvolvimento Econômico no Brasil**, Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p. 125.

A importância dos imigrantes no Brasil não foi só como força de trabalho para a expansão de plantação de café, mas também por sua contribuição como empresários e força de trabalho nas atividades comerciais e industriais no início do século XX. Os imigrantes tiveram grande participação na formação e fortalecimento do setor industrial em São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, áreas que mais receberam imigrantes estrangeiros no Brasil.²⁸

A intensificação da produção, apoiada por uma nova estrutura tecnológica de produção, passa a demandar mais trabalho. Como esta demanda não pode ser respondida dentro das relações de

²⁸) CARNEIRO, José Fernando. ob. cit., p. 52.

trabalho existentes, necessário se fazia introduzir o trabalho assalariado e, assim, uma nova relação de produção. A manutenção do trabalho escravo constituía, portanto, um obstáculo básico ao desenvolvimento do mercado de trabalho, daí porque a transformação para o trabalho assalariado exige a abolição das relações de produção escravistas.

Como, no Brasil, a abolição da escravidão ocorreu de forma lenta e progressiva, ela não só consegue prolongar a manutenção da escravidão, como retarda a passagem ao trabalho assalariado, inclusive e especialmente a transformação dos homens livres e ex-escravos em trabalhadores assalariados.²⁹

III — Origens da indústria

O desenvolvimento da economia cafeeira permitiu que houvesse no Brasil um início de industrialização auto-sustentável após 1870.

Antes dessa época, já existiam alguns estabelecimentos que podiam ser considerados industriais, mas, em geral, eram poucos e pequenos. Em 1850, o Brasil já possuía 72 fábricas — para a manufatura de chapéus, velas, sabão, cerveja, cigarro e tecidos de algodão, das quais 50 estavam localizadas no Rio de Janeiro, dez na Bahia, quatro em Pernambuco, duas no Maranhão e as demais espalhadas por São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.³⁰

O importante a observar em relação a essa primeira fase da industrialização é que ela ocorre nos centros urbanos, tendo a tendência de se desenvolver proporcionalmente mais nos centros de maior expressão: Rio de Janeiro, Salvador e Recife.³¹

A partir de 1840, quando se dá o início da grande expansão cafeeira, é que começa no Brasil a montagem de fábricas mais importantes, dotadas de maquinismos mais aperfeiçoados, algumas

29) CONRAD, Robert. *Os Últimos Anos da Escravidão no Brasil: 1850-1888*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, p. 162.

30) LIMA, Heltor Ferreira. *História Político-Econômica e Industrial do Brasil*, São Paulo, C.E.N., 1970, p. 264.

31) SIMONSEN, Roberto. *A Evolução Industrial do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1939, p. 23.

delas com motor hidráulico ou a vapor e com trabalho dirigido por mestres e contramestres contratados na Europa.³²

Dessa maneira, a industrialização brasileira vai ensaiar seus primeiros passos a partir desses empreendimentos artesanais urbanos que com o tempo alguns chegam a se transformar em verdadeiras fábricas, começando pela indústria de tecidos de algodão. Em 1866 existiam no Brasil 9 fábricas de tecidos de algodão; em 1885, 48.³³

A indústria algodeira inicialmente vai se concentrar na Bahia e, posteriormente, se desloca para o Centro-Sul. Observa-se, portanto, que seu início se dá justamente numa área onde a agricultura estava em franca estagnação. Esse paradoxo, explica-se pela presença de matéria-prima, fontes de energia, mercados urbanos e rurais.³⁴ Salvador contava com um amplo suprimento de algodão, bem como de capital financeiro local e estrangeiro; seu porto facilitava o desembarque de máquinas pesadas; a cidade bem como o interior, contava com uma numerosa população escrava e uma reserva de mão-de-obra livre para consumir pano grosseiro e, por último, possuía excelentes fontes de energia.³⁵ Esses fatores foram responsáveis para que a Bahia mantivesse a liderança da indústria têxtil até fins da década de 1860. A partir dessa época, com o florescimento econômico do Centro-Sul, surgiu um deslocamento do centro têxtil para essa área.

Esse mesmo fato vai ocorrer na região Centro-Sul, uma vez que, com o passar do tempo, a indústria têxtil vai se concentrar dentro da área do Centro-Sul, no grande centro produtor de café, qual seja o Estado de São Paulo. Em início da década de 1880, São Paulo havia ultrapassado Minas Gerais na produção de artigos têxteis. O mesmo irá acontecer com o Distrito Federal. Após 1905, São Paulo deteve a hegemonia da produção de artigos de algodão, ultrapassando o Distrito Federal como maior centro produtor têxtil.

32) DEAN, Warren. *A Industrialização Durante a República Velha*, ob. cit., p. 261.

33) STEIN, Stanley. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil — 1850/1950*, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1979, p. 21; SIMONSEN, Roberto. *A Evolução Industrial do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1939, p. 23

34) STEIN, Stanley, ob. cit., p. 35.

35) *Ibid.*, p. 36.

TABELA 6.
Estabelecimentos industriais arrolados em 1907

Região	Estabelecimentos		Capital Empregado		Operários		Valor da Produção	
	número	%	contos	%	número	%	contos	%
Centro-Sul	1.620	54,2	375.216	64,6	78.666	57,7	409.857	61,3
<i>São Paulo</i>	314	10,5	118.346	20,4	22.355	16,4	110.754	16,7
<i>Distrito Federal</i>	652	21,8	168.626	20,0	35.104	25,7	221.620	33,1
Outros Estados	1.368	45,8	205.275	35,4	57.754	42,3	258.986	38,7
Total	2.988	100,0	580.691	100,0	136.420	100,0	668.843	100,0

Nota: Os dados não incluem nem as salinas nem as usinas açucareiras.

Fonte: **Recenseamento do Brasil, 1920**, V, referente ao censo industrial, p. VIII, IBGE, Rio de Janeiro.

Como podemos observar, o Centro-Sul detinha 54,2% dos estabelecimentos industriais fabris, que representavam cerca de 64,6% do capital empregado no setor manufatureiro. Assim, em 1907, a região que mais se desenvolvera no período anterior, em função do café, era a que detinha a hegemonia da produção manufatureira.

Por outro lado, já em 1907, de uma lista de 30 principais produtos de consumo cotidiano (como tecidos de algodão, gravatas, aniagem, ladrilhos, chapéus, luvas, biscoitos, etc.), a produção nacional naquela época supria 78,2% do mercado nacional.³⁶

Entre 1907 e 1920, houve uma grande expansão na indústria brasileira. Os dados que indicam esse crescimento, de acordo com os próprios autores, têm grande margem de erros, por não terem sido incluídos os pequenos estabelecimentos. Apesar disso, eles demonstram o crescimento industrial do Brasil nas duas primeiras décadas do século XX (vide a tabela do Anexo 2).

Observando-se mais uma vez a distribuição geográfica do setor manufatureiro em 1920, constatamos que nesse ano o Centro-Sul detinha 55,4% dos estabelecimentos fabris, sendo os mesmos responsáveis por 67,2% da produção total desse setor.

Qualquer que seja o critério adotado para fazer a comparação da concentração industrial no Brasil no período de 1907 e 1920 (número de estabelecimentos, capital empregado ou valor da produção), é dentro do Centro-Sul que sobressai, da comparação entre os dados de 1907 e 1920, a crescente concentração da atividade industrial na área de São Paulo, após 1907.

A industrialização do Brasil, pelo menos até os anos 20, esteve intimamente relacionada com o desenvolvimento da agricultura. Foi somente com o desenvolvimento da cultura do café no Centro-Sul, especialmente em São Paulo, que se criaram as condições para o início de uma industrialização. Foi o café que possibilitou primeiramente a criação de um mercado para produtos manufaturados. Esse mercado surgiu do resultado de três fatores principais: a elevação da renda per capita no Centro-Sul, uma maior especialização das unidades econômicas e a extensão, em

³⁶) ALBUQUERQUE, Marcos Cintra C. & NICOL, Robert. *Economia Agrícola*, São Paulo, McGraw-Hill, 1987, p. 220.

TABELA 7.
Resultado censitário das indústrias arroladas em 1920

Região	Estabelecimentos		Capital Empregado		Operários		Valor da Produção	
	número	%	contos	%	número	%	contos	%
Centro-Sul	7.383	55,4	1.195.467	65,9	175.543	63,7	2.008.608	67,2
<i>São Paulo</i>	4.145	31,1	537.817	29,6	83.998	30,5	986.110	33,0
<i>Distrito Federal</i>	1.541	11,7	441.669	24,3	56.229	20,4	666.276	22,3
Outros Estados	5.953	44,6	619.689	34,1	99.969	36,3	980.568	32,8
Total	13.336	100,0	1.815.156	100,0	275.512	100,0	2.989.176	100,0

Nota: Os dados não incluem nem as salinas nem as usinas açucareiras.

Fonte: Recenseamento do Brasil, 1920, V (pt. 1), p. VIII, IBGE, Rio de Janeiro.

termos geográficos, do mercado, através da criação de uma infraestrutura ferroviária. Foi o café, ainda, que através da criação de um mercado importador e exportador permitiu o aparecimento de uma estrutura de distribuição para produtos industrializados, sem o qual possivelmente não teria surgido uma indústria nacional. Além do mais, foi o café — através das correntes migratórias que provocou, especialmente de imigrantes europeus, que estimulou o fluxo de mão-de-obra para a indústria nascente. Indiretamente, foi também o café que possibilitou a importação de matérias-primas necessárias à indústria, como por exemplo o carvão, o trigo, produtos químicos, etc. O café também irá possibilitar a importação de equipamentos sem os quais não poderia ter ocorrido a industrialização.³⁷

O capital cafeeiro é o elemento motor para a efetivação das transformações ocorridas no Brasil a partir dos fins do século XIX, porque a economia cafeeira representa o centro de uma rápida acumulação de capital baseada no trabalho assalariado. E é como parte integrante dessa acumulação de capital baseada no trabalho assalariado que nasce a indústria brasileira.

Assim, o café e a indústria representam as novas formas de acumulação capitalista no Brasil, cuja formação se inicia após 1880, com a rápida acumulação de capital, gerada, sobretudo, com a produção e comércio do café.

³⁷) STEIN, Stanley, ob. cit., p. 26; DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo*, ob. cit., p. 36.

ANEXO 1

Balança comercial do Brasil — saldos (em contos de réis).

Anos	saldo	Anos	saldo
1851-60	- 11,6	1909	423,7
1861-70	18,9	1910	225,5
1871-80	34,3	1911	210,2
1881-90	30,9	1912	168,4
1891	25,4	1913	- 25,4
1892	91,2	1914	193,9
1893	120,7	1915	459,3
1894	80,1	1916	326,1
1895	81,9	1917	354,4
1896	12,1	1918	147,7
1897	92,1	1919	844,5
1898	49,9	1920	- 338,2
1899	97,1	1921	19,9
1900	301,4	1922	679,4
1901	412,5	1923	1.029,9
1902	264,8	1924	1.073,9
1903	256,1	1925	645,1
1904	263,8	1926	485,0
1905	230,5	1927	371,0
1906	300,4	1928	275,3
1907	215,9	1929	332,7
1908	138,5		

Notas: 1) Para as quatro primeiras décadas, o quadro apresenta saldos anuais médios.

2) Os saldos negativos indicam um excedente das importações sobre as exportações.

Fonte: Nelson Werneck Sodré. *Formação Histórica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1963, p. 262; IBGE. *Estatísticas Históricas do Brasil — 1500 a 1985*, Rio de Janeiro, IBGE, 1987, pp. 525-524.

ANEXO 2

Resultados gerais dos inquéritos industriais realizados no Brasil em 1907 e 1920.

Especificação	Ano		Aumento	
	1907	1920	Absoluto	%
Diversas Indústrias				
Número de estabelecimentos	2.988	13.336	10.348	346,3
Capital empregado (contos)	580.691	1.815.156	1.234.465	212,6
Força motriz (H.P.)	114.551	310.424	195.869	171,0
Número de operários	136.420	275.512	139.092	102,0
Valor da prod. anual (contos)	668.843	2.989.176	2.320.333	346,9
Usinas Açucareiras				
Número de estabelecimentos	199	233	34	17,1
Capital empregado (contos)	74.062	217.124	143.062	193,2
Força motriz (H.P.)	14.066	52.872	38.806	275,9
Número de operários	13.136	18.161	5.025	38,3
Valor da prod. anual (contos)	67.257	211.494	144.237	214,5
Salinas				
Número de estabelecimentos	53	231	178	335,8
Capital empregado (contos)	9.461	25.400	15.939	168,5
Força motriz (H.P.)	510	1.640	1.130	221,6
Número de operários	2.146	3.333	1.187	55,3
Valor da prod. anual (contos)	3.126	23.955	20.829	666,2

Nota: Foram excluídas de 1907 as oficinas de ótica e fotografia não recenseadas em 1920.

Fonte: **Recenseamento do Brasil, 1920, V** (pt. 1), p. V, Rio de Janeiro, IBGE.

RAÍZES Nº 6

JANEIRO 86 / MARÇO 88

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS

SUMARIO

ARTIGOS

- Bruno Lautier:** Trabalho assalariado, socialização do trabalhador e estatuto da força de trabalho 5
- Reinaldo Antonio Carcanholo:** Crítica à idéia do valor fugaz: a propósito do valor da força de trabalho 19
- Manoel Luiz Malaguti:** Marxistas e neoclássicos: uma confrontação metodológica 33
- Élbio Troccoli Pakman:** As conceitualizações do subdesenvolvimento e seus desdobramentos 49
- Raimundo Santos:** O pequeno investimento como política de desenvolvimento regional: notas sobre as experiências do governo de Allende 61
- Norma Montalvo de Soler:** A agricultura alimentar e o impacto do crédito rural sobre os diferentes tipos de produtos 75

RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS

- Nelson Werneck Sodré:** Modos de Produção no Brasil (Érico Alberto de A.. Miranda) 107
- Noberto Bobbio:** O Conceito de Sociedade Civil (Raimundo Santos). 111